



Lula anuncia que prestará contas em todo 1º de Maio



Lula abraça d. Cláudio Hummes, arcebispo de São Paulo, durante a Missa do Trabalhador, em São Bernardo

PRESIDENTE PARTICIPOU, EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, DE MISSA EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO TRABALHADOR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou, em São Bernardo do Campo (SP), de missa em celebração ao Dia do Trabalhador, no dia 1º de Maio. Durante mais de duas horas e meia de cerimônia, que acabou tornando-se um grande ato em defesa do governo Lula, o presidente se comprometeu a voltar anualmente nesta mesma data para prestar contas de suas ações sociais aos trabalhadores.

“Em todos os 1º de Maio estarei aqui para prestar conta de cada coisa que estamos fazendo no campo social”, disse Lula. “Tenho na cabeça cada compromisso que assumi. Se falhar, a história precisará de muitos anos até que possa se reconstituir”, disse ele a mais de 2.000 pessoas — grande parte sindicalistas — que lotaram a igreja e a praça em frente, onde um telão reproduzia a celebração.

A missa do 1º de Maio é celebrada desde 1978 na Igreja Matriz de São Bernardo, ano em que foi iniciada a greve dos metalúrgicos na fábrica da Scania, quando Lula surgiu como uma das principais lideranças sindicais do país. Desde aquela data, Lula participa da celebração. “Só não pude participar em 1980 porque estava preso”, disse.

Emoção

O arcebispo de São Paulo, d. Cláudio Hummes, abriu a missa se dizendo emocionado e pedindo um “viva” ao presidente Lula, que compareceu acompanhado da primeira-dama, Marisa Letícia, e saudou a equipe ministerial presente — entre eles, José Dirceu (Casa Civil), Jaques Wagner (Trabalho), Benedita da Silva (Assistência Social), Luiz Dulci (Secretaria Geral) e Matilde Ribeiro (Igualdade Racial), além da prefeita de São Paulo, Marta Suplicy.

Tanto d. Cláudio quanto o arcebispo emérito de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, manifestaram apoio às reformas da Previdência e tributária, cujas propostas haviam sido entregues na véspera ao Congresso [leia mais nas págs. 3 a 5] e a programas como Fome Zero e Primeiro Emprego e propostas de erradicação do analfabetismo e melhorias no ensino.

“As reformas que o governo pretende fazer merecem o apoio de toda a sociedade para que o país possa dar um passo substancial no resgate dos nossos pobres”, afirmou d. Cláudio. E acrescentou: “Lula, com coragem, sabedoria e lucidez, está trazendo um grande benefício para os mais pobres”.

Em seu discurso, Lula lembrou seus passos como líder sindicalista e afirmou que

sua chegada à Presidência é o resultado do crescimento da consciência política da classe trabalhadora brasileira.

Ele afirmou que o programa Primeiro Emprego, previsto para ser lançado no dia 1º, teve de ser adiado porque exige discussões para se tornar “uma proposta melhor”.

E caracterizou como um “fato histórico fantástico” o ato em que ele e 27 governadores entregaram ao Congresso as propostas para as reformas da Previdência e tributária. “O que aconteceu ontem [dia 30], a história futura dará mais importância do que a história contemporânea”, comentou. “Convencer 27 governadores, sendo que o PT só tem 4, para irmos juntos ao Congresso em véspera de feriado, com sala cheia, foi um fato histórico fantástico.”

Ao final, Lula disse que talvez não seja possível fazer tudo o que é preciso. “Mas tenho dúvida de que alguém consiga fazer tanto quando pretendemos fazer nos quatro anos de mandato”, concluiu.

Estabilidade

Lula também voltou a comemorar a melhora de índices econômicos, como a queda do dólar e do risco-país, além da valorização dos títulos brasileiros. “Qualquer hora dessas entro no Congresso para dizer que o salário mínimo está valendo em dólares”, afirmou. E acrescentou que tem consciência de que é preciso que o dólar “se mantenha em certa estabilidade”.

No dia seguinte, em visita a Sertãozinho (SP), o presidente reiterou que o governo não vai interferir na taxa de câmbio, informando que a missão do governo é dizer a “a todo e qualquer momento” que o dólar vai continuar fluente e quem determina o seu preço é o mercado, insistindo que “o governo não vai meter o dedo na questão do dólar”.

“Eu acho que não tem dólar bonito. O dólar bonito para nós é quando ele atingir um patamar de estabilidade e a gente puder trabalhar o ano inteiro sabendo que o dólar vai estar estável”, disse, concluindo depois: “Estamos no poder para ver os nossos negócios sem medo da oscilação da moeda. Essa é a lógica”.

Ainda no dia 1º de Maio, à noite, Lula se tornou o primeiro presidente a ser recebido na Assembleia Geral da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), em Indaiatuba (SP). Segundo Dulci, o encontro teve como objetivo mostrar como está sendo o governo. Lula expôs a situação do país, fez um balanço sobre os primeiros meses e convidou a Igreja Católica a ajudar o Fome Zero.

CUT celebra Dia do Trabalhador

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) comemorou o Dia do Trabalhador com atos nas principais cidades do país, mas enfrentou também a tristeza pela morte do presidente da entidade em Tocantins, Vilmar de Araújo Mendes, vítima de um assalto ocorrido no dia 28 no Sindicato dos Trabalhadores da Educação no Estado. Ele estava em coma desde então.

O presidente nacional do PT, José Genoino, participou da comemoração do Dia do Trabalhador no ato da CUT-SP em Mauá, no ABC paulista. Ele destacou que o 1º de Maio neste ano foi histórico para a população brasileira. “Esta é uma data de comemoração e de luta. O PT, o Brasil e os trabalhadores têm o que comemorar: é a primeira vez que o destino do país está nas mãos de um trabalhador. E também temos porque lutar, porque muito ainda tem de ser feito”, disse.

“Diferente”

O presidente nacional da CUT, João Felício, compareceu aos atos na praça da Sé, centro de São Paulo, e em Campo Limpo, na zona sul da cidade. Ele também ressaltou que a celebração do 1º de Maio neste ano foi “diferente”, devido à conquista da Presidência por Luiz Inácio Lula da Silva, e disse esperar que, na comemoração em 2004, a população brasileira esteja vivendo dias melhores.

O presidente da CUT, no entanto, disse que a central manterá sua autonomia dian-

te do novo governo. Em entrevista, Felício comentou também sobre os índices de desemprego, que voltaram a crescer nos primeiros meses do ano. O presidente da CUT relatou conversa que sindicalistas tiveram, no dia 30, com o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, segundo o qual o Brasil terá um crescimento econômico no segundo semestre deste ano.

De acordo com Felício, Palocci disse que o BNDES (Banco de Desenvolvimento Econômico e Social) “vai investir pesado” na pequena e média indústria, que são, historicamente, as que mais geram empregos no país.



Público acompanha o ato da CUT-SP em Mauá, que teve a presença de Genoino

ELEIÇÕES

PT antecipa escolhas de candidaturas para 2004

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DEFINE O DIA 3 DE OUTUBRO COMO PRIMEIRA DATA IMPORTANTE PARA A DISPUTA

O PT decidiu no último dia 14 de abril, durante reunião da Comissão Executiva Nacional, antecipar o processo de escolha das candidaturas para as eleições municipais de 2004. Os Diretórios Municipais darão início ao processo no dia 3 de outubro deste ano — para concorrer a uma eleição, é preciso estar filiado ao partido por pelo menos um ano.

Caso haja mais de um filiado postulando a candidatura, os Diretórios Municipais poderão promover prévias entre os dias 1º de novembro de 2003 e 9 de maio de 2004 [leia abaixo a íntegra da resolução aprovada pela CEN].

Antes, o período de pré-

vias costumava ser somente no ano da eleição. “Resolvemos antecipar para ainda este ano para que comecemos 2004 discutindo somente campanha eleitoral”, afirmou Silvío Pereira, secretário nacional de Organização do PT, durante um intervalo da reunião da Executiva.

O presidente nacional do PT, José Genoíno, afirmou que a intenção do partido é negociar politicamente para reduzir o número de prévias nos municípios. “As prévias são um direito estatutário e, portanto, estão garantidas caso haja necessidade. Mas vamos tentar evitá-las para que não haja desgaste do partido em nível local”, disse.



Confira a íntegra da resolução

Resolução CEN 001/03 Calendário do Processo Eleitoral 2004

Considerando o artigo 127 do Estatuto do PT, que determina a responsabilidade do Diretório Nacional para estabelecer o calendário para indicação, impugnação e aprovação de candidaturas às eleições proporcionais e majoritárias;

Considerando a necessidade de flexibilização do calendário interno do PT, de forma a contemplar as necessidades de cada município, face à sua conjuntura específica;

A Comissão Executiva Nacional do PT, “ad-referendum” do Diretório Nacional,

RESOLVE:

1. Instituir os dias 04 e 05/10/03 como Dias Nacionais de Mobilização para as Eleições 2004, quando deverão ser realizadas atividades (plenárias, debates, caminhadas, festas, etc) envolvendo os filiados ao Partido e simpatizantes em todos os municípios onde o PT esteja organizado, dando início à nossa mobilização para as eleições 2004;

2. Nos mesmos dias 04 e 05/10/03 todas as Comissões Executivas e Comissões Provisórias Municipais deverão reunir-se para definir seu calendário específico para as eleições 2004, observados os demais itens desta Resolução;

3. Eventuais propostas de aliança em que o candidato a Prefeito não seja do PT, na forma definida pelo artigo 142 do Estatuto, deverão ser apre-

sentadas à Comissão Executiva ou Comissão Provisória Municipal correspondente até as 18h do dia 03/10/03;

4. A Comissão Executiva ou Comissão Provisória Municipal, na reunião de 04 ou 05/10/03, poderá estabelecer novo prazo para a apresentação das propostas citadas no item 3, que não deverá ultrapassar o dia 12/03/04;

5. Caso haja proposta de apoio a candidato de outro partido deverá ser realizado um Encontro Municipal para definir a política de alianças e a tática eleitoral, observando-se um intervalo mínimo de 28 (vinte e oito) dias após o fim do prazo de apresentação de propostas;

6. A eleição dos delegados ao Encontro previsto no item 5 deverá ser realizada, no mínimo, 14 (quatorze) dias após encerrado o prazo de apresentação de propostas de aliança. Nos municípios que tenham menos de 300 filiados no dia 09/05/03 não será necessária a realização de eleição, sendo considerados delegados todos os filiados ao Partido até 1 (um) ano antes do respectivo Encontro;

7. Caso não haja proposta de apoio a candidato de outro partido ou, em havendo, o Encontro descrito no item 5 tenha deliberado por candidatura própria, será aberto o período de inscrição de pré-candidaturas a Prefeito, que deverá se estender por, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis;

8. Findo o prazo de inscrição, e havendo mais de um

pré-candidato a Prefeito, será realizada Prévia Eleitoral, observando-se um intervalo mínimo de 20 (vinte) dias após o fim do prazo de inscrição de pré-candidaturas e não ultrapassando a data de 09/05/04. Caso haja 2º turno, este deverá ocorrer 14 (quatorze) dias após a realização do 1º turno;

9. Os Encontros Municipais para definição dos candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores serão realizados nas datas definidas pelas respectivas Comissões Executivas ou Comissões Provisórias Municipais, observando-se um intervalo mínimo de 14 (quatorze) dias após a Prévia, quando houver, e não ultrapassando a data de 23/05/04. Excepcionalmente, nos municípios onde venha a ocorrer 2º turno na Prévia, os Encontros poderão ser realizados até o dia 06/06/04;

10. O Encontro previsto no item 9 será composto pelos mesmos delegados do Encontro de definição da tática eleitoral (item 5). Caso esse Encontro não tenha sido realizado, os delegados serão escolhidos pelo voto direto dos filiados aptos a votar no município correspondente, em eleição a ser realizada juntamente com a Prévia. Nos municípios onde essa não venha a ocorrer, a eleição dos delegados deverá ser realizada no período definido no item 8. Nos municípios que contem com menos de 300 filiados no dia 09/05/03, não será necessária a realização de eleição, sendo considerados delegados

todos os filiados ao Partido até 1 (um) ano antes do respectivo Encontro;

11. Observadas as demais normas estatutárias pertinentes, poderão votar nas prévias os filiados ao Partido até 1 (um) ano antes da realização da mesma, e poderão ser votados os filiados até o dia 03/10/03;

12. O disposto no item 11 não se aplica aos filiados em municípios que tenham sua Comissão Provisória constituída após 09/05/03, exigindo-se, nesse caso, para votar, o prazo mínimo de 180 dias de filiação partidária, contados da data de realização da Prévia;

13. As listas de votantes serão elaboradas pela instância nacional a partir do Cadastro Nacional de Filiados, e nelas serão incluídos os filiados que atendam os critérios previstos nos itens 11 e 12, cujos formulários de filiação tenham sido postados para o DN até o dia 30/05/03, no caso do item 11, e até o dia 28/11/03, no caso do item 12;

14. Os demais prazos de inscrição e impugnação de pré-candidaturas aos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores serão definidos pelas respectivas Comissões Executivas ou Comissões Provisórias Municipais, obedecidas as normas estatutárias e o Regulamento do Processo Eleitoral 2004, a ser oportunamente definido pela Comissão Executiva Nacional.

São Paulo, 14 de abril de 2004

OPINIÃO

A necessidade da reforma da Previdência

A reforma da Previdência é necessária por várias razões. Destacamos aqui razões de justiça, razões fiscais e razões econômicas. O regime geral de Previdência do INSS (iniciativa privada) arrecada, anualmente, R\$ 71 bilhões e gasta R\$ 88 bilhões, totalizando um déficit de R\$ 17 bilhões. Esse sistema é composto de 21 milhões de aposentados, dentre os quais, 13 milhões recebem apenas um salário mínimo. A média de aposentadoria do setor privado é de apenas R\$ 389,14.

O regime de Previdência do setor público federal, constituído de 952 mil aposentados, arrecada R\$ 21,8 bilhões e gasta R\$ 61 bilhões, proporcionando um déficit de R\$ 39,2 bilhões por ano. Além do alto déficit, o sistema público se decompõe em vários grupos de aposentados, com diferentes graduações nas médias de aposentadorias. A média de aposentadoria do serviço público federal civil do Executivo é de R\$ 2.282; do Ministério público da União é de R\$ 12.571; do Legislativo é de R\$ 7.900; do Judiciário é de R\$ 8.027 e dos militares é de R\$ 4.275.

Os números mostram, em primeiro lugar, a brutal diferença entre a média das aposentadorias do setor privado em relação às médias do setor público. Com apenas 952 mil aposentados, o setor público é responsável por um déficit extraordinariamente elevado se comparado com o déficit do setor privado, que tem 20 milhões de aposentados a mais. Em segundo lugar, no interior do sistema de aposentadorias do setor público, os benefícios de 85% dos aposentados não chegam ao valor de R\$ 2.000, enquanto algumas categorias recebem valores elevadíssimos aqui apresentados.

Fazer a reforma da Previdência é uma razão de justiça para corrigir as distorções na relação entre aposentados do setor privado com o setor público e na relação entre os próprios aposentados do setor público. Na essência, a reforma da Previdência, ao estabelecer um piso de R\$ 240 e um teto de R\$ 2.400, corta privilégios e estabelece mais igualdade e equidade. A razão fiscal é evidente: a reforma vai diminuir o déficit que, somando os dois setores, público e privado, chega a R\$ 61 bilhões. Já, do ponto de vista econômico, a redução do déficit vai fazer com que o Estado retire menos recursos da sociedade, proporcionando que tanto o mercado quanto o Estado possam investir mais em produção e geração de empregos.

Embora a reforma da Previdência tenha o apoio da maior parte da sociedade, existem alguns setores que a criticam, principalmente por-

que ela estabelece a cobrança da contribuição de 11% sobre os benefícios dos inativos e porque eleva a idade mínima de aposentadoria do setor público, de 48 para 55 anos para as mulheres e de 53 para 60 anos para os homens. Para aqueles que começam trabalhar muito cedo está garantida a aposentadoria aos 30 anos de contribuição para as mulheres e 35 para os homens.

Quanto à taxa de inativos é preciso observar o seguinte: quando esses inativos trabalhavam, tinham seus salários taxados, de modo geral, em 11% para contribuição previdenciária. Ao se retirar a taxa com a aposentadoria, a rigor, passam a receber mais como aposentados do que como trabalhadores da ativa. Quem paga a maior parte dessa conta é toda a sociedade, através de impostos. Isto não é justo. A taxa de 11% dos benefícios dos inativos corrige, portanto, uma grave distorção restabelecendo o princípio da justiça. Diferentemente da proposta de reforma do governo FHC, a proposta atual isenta de taxa o limite mínimo de R\$ 1.058 para todos os aposentados.

Quanto à elevação da idade mínima para a aposentadoria, trata-se de uma medida absolutamente necessária. A elevação da expectativa de vida das pessoas é um dos fatores que aumenta o déficit da Previdência. Ou seja, na medida em que as pessoas vivem mais, cria-se uma defasagem entre o tempo em que elas contribuem e o valor total de benefícios que recebem. O último valor é muito maior do que o primeiro, fazendo com que o sistema previdenciário se torne insustentável. Se esta distorção não for corrigida, num futuro não muito longínquo, a Previdência não terá mais condições de bancar as aposentadorias.

E até mesmo porque a média de vida das pessoas subiu e tende a continuar subindo, garantir aposentadorias aos 48 anos para as mulheres e aos 53 para os homens significa garantir aposentadorias para pessoas com plena capacidade produtiva. Num número crescente de países, as mulheres se aposentam aos 60 anos e os homens aos 65 anos. O Brasil precisa garantir uma aposentadoria justa e uma vida tranquila para as pessoas que chegam à velhice. Mas o Brasil precisa pensar também na educação e na qualificação profissional de seus jovens, que são seu futuro. A reforma da Previdência combaterá privilégios e permitirá uma distribuição mais equitativa de recursos públicos entre os diversos setores sociais.

José Genoíno é presidente nacional do PT

PT NOTÍCIAS **CUPOM DE ASSINATURA**

O PT Notícias é o jornal quinzenal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. A partir de agora, algumas notícias e matérias da última edição serão disponibilizadas no Portal do PT.

No site, os internautas terão uma pequena amostra da edição do jornal, já que o mesmo é distribuído por meio de assinatura anual.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

1) Cheque nominal à Editora Fundação Perseu Abramo.
 2) Depósito bancário nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)
 3) Cobrança bancária.
 4) Cartão de crédito:
 Visa Mastercard Diners
 Número do cartão: _____
 Data de validade: ____/____/____

Assinatura anual: R\$ 50,00

Sim, eu quero assinar o PTnotícias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____

Estado _____ CPF _____

E-mail _____

Sexo: Masculino Feminino
 Filiado(a) ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo
 Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana
 CEP 04117-091 - São Paulo – SP
 Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
 José Genoíno

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO
 Ozeas Duarte
 Ana Ribeiro (assessora)

EDIÇÃO
 Ralph Machado - MTb 21.131

REDAÇÃO
 Claudio Cezar Xavier, Priscila Lambert e Walter Venturini

DIAGRAMAÇÃO
 Sandra Luiz Alves

APOIO ADMINISTRATIVO
 Rodrigo Zamprogna

FOTOS
 Heloisa Ballarini, Agência Brasil e Agência Aracaju de Notícias

ILUSTRAÇÕES
 Vicente Mendonça

SEDE
 Rua Silveira Martins, 132,
 São Paulo, SP, CEP 01019-000
 Tel.: (11) 3243-1313
 Fax: (11) 3243-1349
 E-mail: ptnot@pt.org.br
 Página na internet: www.pt.org.br

Tiragem: 8.000 exemplares
 Fotolitos e impressão: Neo Graf

GOVERNO LULA

Lula leva reformas ao Congresso

João Paulo apóia gesto de respeito

O presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha (PT-SP), destacou, em seu discurso no recebimento das reformas, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mostrou respeito pelos ritos do Legislativo ao atravessar a Praça dos Três Poderes para entregar pessoalmente as propostas. Ele disse que a Câmara sentiu-se feliz por participar deste momento histórico — é a primeira vez que um presidente da República vem ao Congresso entregar uma proposta de emenda à Constituição. “Nós, parlamentares, temos a missão de ajudar o Brasil a desonerar a produção, reduzir privilégios e criar condições para o desenvolvimento econômico em benefício da maioria da população”, afirmou.

João Paulo adiantou que a pauta prioritária da Câmara neste ano será a apreciação das reformas. Ele lembrou que os deputados já começaram a debater as reformas há três meses, com a criação de comissões especiais. O presidente da Câmara ressaltou que haverá agilidade na tramitação das reformas, “mas não tomare-

mos atalhos irresponsáveis”, adiantou.

Parceria

O líder do PT na Câmara, deputado Nelson Pellegrino (BA), afirmou que o gesto do presidente Lula simboliza que o Congresso é parceiro nas reformas e que o Legislativo é soberano para aprimorar o texto, se necessário. “A bancada do PT, como partido majoritário na base de sustentação do governo, tem a obrigação de ajudar a construir o grande pacto Legislativo em favor do Brasil”, acrescentou.

Já o líder do governo, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), afirmou que a base aliada tem compromisso com as reformas e que elas serão aprovadas no menor prazo possível. “Temos paciência, perseverança e argumentos”, afirmou.

Determinação

Para o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), a presença do presidente demonstra a grande determinação em fazer as mudanças e a vontade política de enfrentar os desafios. “Sabemos da complexidade das propostas, cabe-nos harmonizá-las em favor do Brasil. Elas são imperativas para a governabilidade e para o país voltar a crescer”, afirmou.

(Da Agência Informes)



Lula e o presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP) no plenário da Câmara, e a comitiva presidencial na rampa do Palácio do Planalto

EM ATO INÉDITO, PRESIDENTE FOI AO LEGISLATIVO ACOMPANHADO DOS 27 GOVERNADORES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva entregou pessoalmente ao Congresso Nacional, no último dia 30, em gesto inédito e de grande força simbólica, as propostas de reforma da Previdência e do sistema tributário. Uma comitiva de cerca de cem pessoas, incluindo ministros, governadores e membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, acompanhou o presidente em ônibus do Palácio do Planalto até o gramado em frente ao Congresso.

Lula e a comitiva subiram a rampa e seguiram para o plenário da Câmara. Nas proximidades da entrada, alguns servidores, contrários à reforma da Previdência, protestaram, enquanto outro grupo manifestou apoio e estendeu uma bandeira vermelha com os dizeres “Em defesa da reforma da Previdência que puna os fraudadores”.

Lula, governadores e ministros foram recebidos pelos presidentes da Câmara, deputado João Paulo Cunha (PT-SP), e do Senado, José Sarney (PMDB-AP), pelo líder do PT na Câmara, Nelson Pellegrino (BA), e por dezenas de congressistas. Servidores da Câmara ocuparam o acesso ao plenário para assistir à passagem do presidente. A maioria dos ministros acompanhou Lula, assim como o vice-presidente, José Alencar.

Consciência

Ao discursar no plenário da Câmara, o presidente pediu que os parlamentares votem com consciência e fez um apelo para que deputados e senadores abram espaço para a discussão com a sociedade. “Peço um voto de confiança às propostas, o voto daqueles que acreditam que o Brasil precisa das reformas.”

Lula disse que as propostas não são apenas do governo federal, mas também de todos os governadores, dos prefeitos e de milhões de brasileiros. Ele enfatizou que a partir de agora a responsabilidade é do Congresso e destacou que o Legislativo é autônomo e tem o prazo que julgar necessário para aprová-las. “Mas, se puder dar um conselho, sugiro que elas sejam votadas ainda neste ano, porque 2004 é ano eleitoral e as dificuldades serão ainda maiores”, alertou.

Necessidade

Lula explicou que as propostas de reforma tributária e da Previdência não foram elaboradas “para fazer favores para uns ou prejudicar outros”. As mudanças, segundo o presidente, são necessárias para que o país deixe de ser emergente para se tornar desenvolvido e conquistar espaços que já deveriam ter sido conquistados no mundo globalizado.

O presidente deixou claro que essas não serão as únicas reformas a serem apresentadas por este governo ao Congresso. E anunciou que o Executivo tem propostas para os setores agrário, sindical e trabalhista, entre outros.

(Da Agência Informes)

Berzoini está otimista com a Previdência

O ministro da Previdência, o petista Ricardo Berzoini, está otimista com a PEC (proposta de emenda constitucional) entregue ao Congresso Nacional no último dia 30. “A reforma vai mexer com a vida do país, na minha avaliação, vai mexer para melhor, vamos ter um orçamento melhor administrado, uma Previdência mais segura e mais justa. Então nós precisamos esclarecer a população para que aqueles que, eventualmente, tentem disseminar informações incorretas não tenham sucesso, porque a população esclarecida é a melhor arma para qualquer sistema democrático”, afirmou, em entrevista à Agência Brasil.

“Nós temos no Brasil um sistema previdenciário dos servidores públicos profundamente desequilibrado. Hoje, o governo federal tem que subsidiar em R\$ 23 bilhões, por ano, o sistema de previdência dos servidores. Os governos estaduais têm que colocar outros R\$ 14,5 bilhões. É muito dinheiro para um país como o Brasil que não tem recursos para infra-estrutura, para o saneamento básico, para a



O ministro Ricardo Berzoini, da Previdência, em entrevista a programa de TV

moradia popular, para saúde e educação de qualidade e também para a segurança pública”, frisou.

O ministro disse que espera a aprovação do texto na íntegra e, com isso, o Congresso possa abandonar a discussão sobre o projeto de lei nº 9 (PL-9), que estabelece a possibilidade de criação de

fundos de pensão complementares para o funcionalismo.

Segundo o ministro, a PEC vai indicar uma lei complementar que já está em vigor (a de nº 108) como base de regulamentação para os fundos de pensão que serão criados para os servidores. De acordo com Berzoini, as regras serão as mesmas já

existentes nos fundos de pensão das estatais, como, por exemplo, o Petrus (dos empregados da Petrobras).

O ministro disse que tem convicção plena de que a proposta do atual governo terá total condição de ser aprovada, no Congresso, em função da sua coerência e da sua ampla discussão. Berzoini

lembrou que, para o setor privado (INSS), haverá a elevação do teto de aposentadoria para R\$ 2.400. “que é uma conquista importante, uma reivindicação antiga das centrais sindicais e que nós atendemos, através dessa emenda constitucional”.

Outra questão importante da reforma, na opinião do ministro, é a instituição da contribuição dos servidores públicos inativos que ganham acima da faixa de isenção. Berzoini explicou que, pela proposta, essa taxa será feita apenas sobre a parcela que supera os R\$ 1.058. Portanto, quem ganha R\$ 1.200 vai contribuir com 11% sobre R\$ 142 [a diferença] e não sobre a integralidade da sua renda.

Berzoini também lembrou que será instituindo o sistema para os futuros servidores, concursados após a reforma. Haverá teto de R\$ 2.400 para o sistema básico e fundo de pensão de complementação para o restante do seu rendimento. “Portanto, entendemos que a reforma tem soluções de curto prazo e que melhoraram a justiça do sistema”, concluiu o ministro.

Em forma de perguntas e respostas, o texto "Reforma da Previdência: perguntas e respostas", divulgado no último dia 28 pelo Ministério da Previdência, apresenta os principais questionamentos que foram feitos ao governo federal durante a discussão e elaboração da proposta. São 29 perguntas que tratam desde o funcionamento do sistema previdenciário brasileiro até o cálculo de benefícios. Leia a íntegra:

Reforma da Previdência: Perguntas e Respostas

1 - Quem tem medo da reforma da Previdência?

Só pode temer a reforma quem ainda não pôde conhecer com detalhes a situação da Previdência no Brasil e as mudanças propostas pelo governo Lula. A reforma tem como objetivo garantir direitos que hoje são incompatíveis com as regras de financiamento e dar justiça social ao uso de recursos do Orçamento para que o dinheiro público, que é de todos os brasileiros, possa propiciar maior acesso aos direitos básicos de cidadania, como saúde, moradia, alimentação e educação. Este documento pretende esclarecer algumas das principais dúvidas que ainda existem sobre a reforma da Previdência.

2 - Como funcionam os sistemas previdenciários existentes no País?

Um deles, administrado pelo INSS, serve aos trabalhadores do setor privado, das empresas públicas e de algumas prefeituras. As contribuições de patrões e empregados cobrem 81% das despesas com pagamento de benefícios, sendo que entre as empresas e trabalhadores urbanos, esse índice chega a 96%. Pagando ao menos um salário mínimo para 12 milhões de brasileiros, o regime do INSS reveste-se de forte caráter de inclusão social. O outro sistema, que serve aos funcionários públicos, contabiliza arrecadação média de apenas 36% dos gastos, consideradas as contribuições de servidores e da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na base de duas vezes a contribuição do servidor.

3 - Mas não é o Estado que deve pagar para que todos tenham aposentadoria?

Segundo a Constituição, os dois sistemas de Previdência existentes devem ter "caráter contributivo" e precisam preservar seu "equilíbrio financeiro e atuarial". Ao dizer que os sistemas devem ter "caráter contributivo", a Constituição homenageia a lógica e o bom senso. Um sistema previdenciário deve buscar sempre o equilíbrio, relacionando direitos e contribuições, pelo tempo e com valores suficientes para se sustentar. E quando exige "equilíbrio financeiro e atuarial" a Constituição mostra-se previdente. Não é justo que nossos filhos e netos herdem a conta das nossas aposentadorias, além de pagarem pelas próprias. Afinal, previdência requer solidariedade entre os atuais participantes e entre as gerações. Se não formos previdentes, a conta pode ser o crescimento da inflação, mais desemprego ou a falência do sistema.

4 - A reforma é uma exigência do FMI?

Não. A reforma é uma necessidade orçamentária e previdenciária do país. Por isso, temos dito que o País não vai quebrar se não a fizer. E também sabemos que é uma entre tantas medidas que precisam ser tomadas em nosso país. Sem elas, a vida de milhões de pessoas continuará sendo mui-

to difícil, pois o orçamento da União, dos Estados, do DF e dos municípios prosseguirá com muitas limitações. Quem exige as mudanças são brasileiros comuns, que ainda não tiveram acesso a direitos básicos, como o de fazer três refeições por dia, ter moradia digna, saúde de qualidade e educação para seus filhos.

5 - A reforma vai acabar com as superaposentadorias?

A proposta de emenda constitucional do governo Lula vai indicar uma solução para esse problema crônico. Por meio das Disposições Transitórias da Constituição, pretende-se adotar o subsídio básico dos ministros do Supremo Tribunal Federal, hoje em R\$ 12.720,00, como teto imediato para salários, aposentadorias e pensões de todo o setor público, até que os presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado e do STF enviem projeto conjunto que regularmente essa matéria. Enquanto isso não ocorrer, ninguém receberá na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos municípios mais do que R\$ 12.720,00. [Nota do editor: No texto apresentado ao Congresso, o teto das aposentadorias foi elevado para R\$ 17.170,00, que é o valor do salário dos ministros do STF mais os benefícios.]

6 - Por que é preciso mudar a Previdência do setor público?

Porque as contribuições de servidores, da União, dos Estados, do DF e dos municípios não têm sido suficientes para pagar as despesas com aposentadorias e pensões. Quando isso acontece, toda a sociedade cobre a diferença com o pagamento de tributos. Em 2002, foram necessários R\$ 39 bilhões para cobrir a conta. Como há 3,2 milhões de beneficiários nesse sistema previdenciário, a sociedade subsidiou em média cada aposentadoria ou pensão em R\$ 12.187 no ano passado.

7 - Então, os servidores são os culpados pelo desequilíbrio?

Não. Os servidores ingressaram no setor público demonstrando competência ao serem aprovados em exames de seleção e vêm cumprindo sua missão profissional no Estado com dedicação. Por isso, merecem todo o respeito do governo e de qualquer interlocutor nesse debate. As regras que foram estabelecidas anteriormente, pela legislação, é que não cuidaram do equilíbrio entre as contribuições a serem recolhidas e os benefícios a serem pagos.

8 - Mas por que vão mudar as regras se há fraudes e sonegação?

O regime previdenciário dos servidores públicos é regido pelo artigo 40 da Constituição e deve ser financiado com contribuições de servidores e dos entes federados. As fraudes e a sonegação que atingem as contas do INSS estão sendo atacadas desde janeiro pelo Ministério da Previdência Social. A fiscalização e punição rigorosas que vêm sendo aplicadas devem reduzir significativamente a ocorrência desses crimes.

9 - Mas a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios não contribuem?

Não há uma rubrica específica para essas contribuições na maioria dos entes federados, pois no final eles pagam o que falta integralmente. Mas, para efeito de cálculo, o Ministério da Previdência Social, desde janeiro, vem considerando a contribuição patronal dos entes federados, à razão de 2:1, como forma de estimar a necessidade de financiamento real do sistema. Mesmo com

GOVERNO LULA

Tire as suas dúvidas

essa mudança, reivindicada havia muito pelo funcionalismo, o desequilíbrio em 2002 foi de R\$ 39 bilhões.

10 - E os recursos da Seguridade Social, não cobrem essa conta?

A previdência dos servidores, regida pelo artigo 40 da Constituição, não integra o orçamento da Seguridade Social, cuja receita vem dos tributos sobre a folha de pagamento, o faturamento e o lucro líquido, além da CPMF e outras menores. Eles servem para financiar o Regime Geral da Previdência Social, do INSS, a Saúde e a Assistência Social.

11 - Quem já cumpriu os requisitos atuais precisa correr para se aposentar?

Não. Aliás, quem tomar decisões apressadas e não refletir sobre as mudanças corre o risco de perder dinheiro. Em primeiro lugar, quem já cumpriu os atuais requisitos para aposentadoria tem direito adquirido e isso será respeitado. Mas se o servidor preferir con-

tinuar trabalhando, porque está muito envolvido com algum projeto ou por outra razão, receberá um incentivo para isso. A reforma vai dar isenção da contribuição previdenciária, na forma de um abono permanência, até o limite de 70 anos, para quem tiver direito à aposentadoria integral e optar por ficar na ativa. Como a reforma prevê a contribuição de inativos, quem se aposentar logo vai perder o direito a usufruir dessa isenção, além de perder a chance de progressão na carreira e na remuneração.

12 - E quem não cumpriu os requisitos, não tem direito adquirido?

Não. No direito previdenciário, o direito adquirido às regras de um regime previdenciário só começa a vigorar quando seu participante cumprir todos os requisitos para ter direito ao benefício.

13 - Há mudanças no cálculo do benefício a que o atual servidor terá direito?

Sim. A reforma prevê duas

mas, os quais, segundo a Constituição devem ter "caráter contributivo" e precisam preservar seu "equilíbrio financeiro e atuarial". Ao dizer que os sistemas devem ter "caráter contributivo", a Constituição homenageia a lógica e o bom senso. Um sistema previdenciário deve buscar sempre o equilíbrio, relacionando direitos e contribuições, pelo tempo e com valores suficientes para se sustentar. E quando exige "equilíbrio financeiro e atuarial" a Constituição mostra-se previdente. Não é justo que nossos filhos e netos herdem a conta das nossas aposentadorias, além de pagarem pelas próprias. Afinal, previdência requer solidariedade entre os atuais participantes e entre as gerações. Se não formos previdentes, a conta pode ser o crescimento da inflação, mais desemprego ou a falência do sistema.

3 - A urgência e a importância da mudança

Cada real que falta para o pagamento de aposentadorias e pensões no Brasil é coberto com tributos arrecadados de toda a população, pagos inclusive pela parcela mais pobre. Em 2002, a arrecadação tributária do setor público destinou R\$ 56 bilhões ao pagamento desses benefícios nos dois sistemas previdenciários existentes. O regime do INSS precisou de R\$ 17 bilhões para fechar suas contas e cumprir seus compromissos com 19 milhões de beneficiários. O sistema do setor público precisou de R\$ 39 bilhões, mais que o dobro, para pagar benefícios a 3,2 milhões de pessoas, menos que um quinto. Foram R\$ 894 para cada beneficiário do INSS e R\$ 12.187 para cada beneficiário dos regimes dos servidores. Reduzir essa desigualdade e a pressão sobre os Orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios significa liberar esses recursos orçamentários para outras finalidades, como moradia, saneamento, educação, saúde e segurança, além de uma melhor política de remuneração dos servidores públicos e o aumento do salário mínimo.

4 - As mudanças na gestão

Uma das reivindicações históricas dos trabalhadores e dos aposentados é o cum-

mudanças importantes nesse cálculo. Em primeiro lugar, o benefício será calculado com base nas contribuições previdenciárias que o servidor fez ao longo de sua vida. Se contribuiu durante parte da carreira profissional para o INSS, sobre um valor inferior, isso será considerado no cálculo da aposentadoria. Só terá direito à aposentadoria integral quem contribuir durante todo o período para o regime do setor público - 35 anos para os homens e 30 anos para as mulheres. Além disso, haverá um desconto no benefício de servidores que optarem pela aposentadoria antes dos 60 anos, se homens, ou 55 anos, se mulheres. Esse desconto será de 5% por ano de antecipação, até o máximo de sete anos, ou 35%.

14 - Quem está cumprindo o "pedágio" da reforma do governo anterior, vai ter que trabalhar ainda mais tempo?

A reforma propõe como idade mínima para aposentadorias 60 anos para homem e 55



Conheça os mot

se social e econômica dos últimos anos.

7 - Respeito ao servidor público

Diálogo, transparência e respeito têm ditado a relação do governo com os servidores públicos no debate sobre a reforma da Previdência. A arrogância e a presunção não cabem num assunto com essa relevância e complexidade. Por diálogo, entendemos não apenas o direito de opinar, mas também a disposição, de todos os interlocutores, em ouvir e refletir sobre a melhor proposta para o País. Contudo, o respeito ao servidor público, a quem o Estado brasileiro deve muitas de suas realizações, não pode omitir a verdade sobre a Previdência no Brasil. É preciso mudar. Não porque o País vá quebrar se não houver reforma, nem pela vontade do FMI ou do mercado financeiro. Quem exige as mudanças são brasileiros comuns, que ainda não tiveram acesso a direitos básicos, como o de fazer três refeições por dia, ter moradia digna, ou saúde de qualidade.

8 - Respeito ao direito adquirido

A urgência da reforma, entretanto, não pode atacar direitos adquiridos dos servidores públicos, consagrados pela Constituição, observados pelo Congresso, vigiados pelo Poder Judiciário e cumpridos pelo Executivo. Cada um desses direitos está sendo preservado na medida do que dispõe a Constituição, lei máxima do País e fruto do entendimento de deputados federais e senadores legitimamente eleitos pelos cidadãos brasileiros. Os servidores que já cumpriram os requisitos para suas aposentadorias com base nas regras que atualmente estão em vigor não precisam requerer o benefício para terem direito adquirido. Além disso, quem cumprir os requisitos para a obtenção da aposentadoria integral e decidir permanecer trabalhando contará com a isenção da contribuição previdenciária, um incentivo para aqueles servidores que desejam dar prosseguimento à sua missão profissional dentro do Estado. O

6 - Novo sistema de financiamento

Na reforma tributária, o governo está propondo a desoneração parcial da folha de pagamento em relação ao financiamento direto da Previdência Social, criando uma contribuição previdenciária sobre o valor agregado, a fim de permitir maior formalização dos trabalhadores e, pela consequente redução da contribuição dos autônomos, maior inclusão previdenciária entre os que se tornaram informais em decorrência da cri-

sobre a Previdência



anos para mulher. Quem cumprir o "pedágio" somente depois da aprovação da reforma terá alcançado mais um requisito necessário para a aposentadoria integral. Entretanto, com a elevação da idade mínima, o servidor terá que atingir as novas referências (60 e 55), se quiser ter 100% do benefício a que tem direito. Se optar pela aposentadoria antes disso, o benefício terá desconto de 5% a cada ano aquém do indicado. Portanto, um homem que se aposentar aos 57 anos (três a menos que o necessário) terá 85% do que seria sua aposentadoria integral. Uma mulher que optar pela inatividade aos 49 anos (seis a menos que o necessário) terá 70% do benefício.

15 - A reforma acaba com a aposentadoria igual ao salário integral?

Não. A reforma não acaba com a integralidade para os atuais servidores. Apenas define que, por uma questão de justiça, só terá direito ao benefício

integral quem contribuir sobre seu salário total durante 35 anos, se homem, ou 30 anos, se mulher, e cumprir as idades mínimas para a Previdência do setor público. Quem contribuir sobre valores menores no INSS, receberá um benefício que respeitará o valor dessas contribuições.

16 - Será exigido tempo mínimo de permanência no serviço público?

Sim. A reforma não vai retirar a exigência de que o servidor, para adquirir direito à aposentadoria, tenha pelo menos 10 anos de exercício no setor público e ao menos 5 anos no cargo efetivo.

17 - Vai haver mudança no cálculo de pensões?

Sim. A reforma vai fixar como valor máximo para as futuras pensões 70% do valor da aposentadoria. Ou seja, a mudança pretende preservar o padrão de receitas da unidade familiar, considerando-se a ausência de despesa do servidor falecido. Isso valerá também

para os servidores militares. As atuais pensões já concedidas constituem direito adquirido.

18 - Haverá outras mudanças para os militares?

Sim. O governo considera que há razões estratégicas e específicas na carreira militar que justificam a existência de um regime próprio para esses servidores. Entretanto, mesmo independente, esse regime precisa estar baseado nas contribuições dos militares e só deve pagar benefícios compatíveis com essas receitas. O governo, portanto, vai propor mudanças na lei ordinária que rege as aposentadorias dos militares.

19 - Por que o governo defende a contribuição de inativos?

Porque entende que essa é uma questão de justiça social e de respeito ao caráter contributivo e solidário do sistema previdenciário dos servidores. É um tema que gerou muita polêmica nos últimos anos, muitas vezes por desinforma-

ção e falta de diálogo. Por isso, é importante ter clareza sobre a natureza do direito previdenciário. Quem contribui não o faz apenas para a aposentadoria, pois o sistema envolve pensão por morte, salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio-acidente e auxílio-reclusão, entre outros benefícios. Além disso, o sistema deve manter a renda do aposentado o mais próximo possível da sua renda na atividade. Não faz sentido que ele receba mais quando se aposentar. Vale lembrar ainda que os militares já contribuem para pensões quando vão para a reserva ou são reformados.

20 - A contribuição reduz o valor do benefício dos atuais inativos?

Não se trata de redução e sim de contribuição para reduzir o desequilíbrio de um sistema que propiciou aposentadorias integrais para quem não contribuiu necessariamente para tanto. Vale a pena analisar um exemplo. Se um servidor mantinha sua família com, digamos, R\$ 2.000, depositados mensalmente em sua conta bancária enquanto estava na ativa, não é correto dizer que precise de R\$ 2.247,20 para mantê-la quando se aposentar. A diferença, de R\$ 247,20, representa 11% sobre o salário bruto desse servidor. A proposta prevê a contribuição de inativos para a Previdência com uma faixa de isenção até R\$ 1.058,00, para preservar a chamada renda de sobrevivência (conceito do Imposto de Renda). Portanto, a cobrança proposta sobre inativos fará com que esse servidor, que recebia na atividade como salário líquido R\$ 2.000,00, ganhe de aposentadoria R\$ 2.082,00, ainda mais que como ativo, pois a contribuição só incide sobre o que ultrapassa a chamada renda de sobrevivência.

21 - O que muda para os servidores que ingressarem após a reforma?

Para os futuros funcionários, que ingressarem no serviço público após a reforma, pretende-se estabelecer o mesmo teto de contribuições e benefícios vigente no INSS e instituir a complementação por fundos de pensão fechados, sem fins lucrativos e administrados de forma paritária pelos entes federados e pelos servidores. Com isso, pretende-se proteger a poupança previdenciária desses trabalhadores, que estará também sob sua administração, e evitar desvios que tanto comprometeram a Previdência no passado.

22 - Qual é a lógica que está por trás dessas mudanças?

A lógica da mudança é debater de maneira transparente os números e as propostas e decidir democraticamente se é legítimo e necessário reduzir as despesas com esse sistema previdenciário velho, ineficiente, injusto e concentrador, para que já na execução do Orçamento de 2004 possamos ampliar os investimentos nas áreas que garantam melhoria dos indicadores sociais e propiciem crescimento econômico e geração de emprego. Por isso, a concepção previdenciária e a justiça orçamentária são fatores que prevalecem sobre a dimensão meramente fiscal nesta reforma.

23 - E no INSS, não vai mudar nada?

Desde 1998 tem havido um "achatamento" na escala de benefícios do INSS. Enquanto o piso do sistema foi corrigido de acordo com o salário mínimo, o teto teve apenas a atualização pelo INPC. Isso reduz a sua credibilidade, pois muitos trabalhadores acabam vislumbrando a aproximação entre o piso e o teto, como um sinal negativo para seu futuro. A proposta da reforma é defi-

nir o valor de R\$ 2.400 como teto, recuperando sem indexar a referência de dez salários mínimos.

24 - E a gestão do INSS, como ficará?

Uma das reivindicações dos trabalhadores e dos aposentados é o cumprimento da disposição constitucional da Gestão Quadripartite. Ou seja, que trabalhadores, aposentados, empresários e governo possam gerir o sistema do INSS. Essa mudança já está começando, através do fortalecimento do Conselho Nacional de Previdência Social e da decisão, já tomada, de criar os conselhos regionais, no âmbito de cada Gerência Executiva do INSS, a fim de supervisionar a gestão em cada região.

25 - O que o governo fará para combater fraudes e sonegação no INSS?

O Ministério da Previdência Social já reforçou e ampliou as "forças-tarefa", união entre o Ministério Público, a Polícia Federal e o INSS, para combater a corrupção e as fraudes contra a Previdência. Realizou o primeiro concurso público do INSS depois de 18 anos e está reorganizando a Dataprev. Além disso, firmou convênio com a Receita Federal para fiscalizar de maneira rigorosa as 350 maiores entidades filantrópicas e eliminar as distorções.

26 - A reforma vai ser boa para o Brasil?

Sim. A reforma permitirá que já no Orçamento de 2004 possamos melhorar os investimentos na alimentação, saúde, educação, saneamento básico e outros. Esse é um compromisso do governo Lula com a inclusão social.

27 - As reformas vão permitir o aumento do número de empregos?

Sim. Na reforma tributária, o governo está propondo a desoneração parcial da folha de pagamento em relação ao financiamento direto da Previdência Social. Isso vai estimular as empresas que empregam muita mão-de-obra. A proposta cria uma contribuição previdenciária sobre o valor agregado, a fim de permitir maior formalização dos trabalhadores e, pela conseqüente redução da contribuição dos autônomos, maior inclusão previdenciária entre os que se tornaram informais em decorrência da crise social e econômica dos últimos anos. Além disso, com a redução da contribuição sobre a folha de pagamento, poderemos reduzir a contribuição dos autônomos para ampliar a inclusão.

28 - E o PLP-9, será mantido?

O PLP-9 (projeto de lei complementar) era decorrência do texto constitucional, que exigia uma lei complementar específica para regulamentar os fundos complementares dos servidores públicos da administração direta. Na proposta do governo, essa regulamentação é suficiente pela Lei Complementar 108, que já normatiza os fundos de empresas estatais, autarquias e fundações.

29 - O presidente Lula tem o apoio dos governadores nessa reforma?

O compromisso de todos com o País foi expresso no amplo e histórico entendimento político obtido pelo presidente Lula com os 27 governadores. Titulares da administração pública em diferentes níveis, de diferentes partidos, todos conhecem com profundidade a realidade de seus orçamentos e sabem que o descompasso entre arrecadações e despesas com sistemas de previdência tem prejudicado a ação do Estado no combate à desigualdade social e econômica do Brasil.

ivos da reforma

servidor que tomar decisões apressadas sem estar bem informado sobre as mudanças pode acabar perdendo dinheiro.

9 - O pacto federativo

O compromisso com o País também está expresso no amplo entendimento político obtido pelo presidente Lula com os 27 governadores. Titulares da administração pública em diferentes níveis, todos conhecem com profundidade a realidade de seus orçamentos e sabem que o descompasso entre arrecadações e despesas com sistemas de previdência tem prejudicado a ação do Estado no combate à desigualdade social e econômica do Brasil.

10 - O sentido das medidas

O conjunto de mudanças dirige-se à inclusão social e resgata reivindicações históricas dos trabalhadores brasileiros. No INSS, a elevação do teto de contribuições e benefícios fortalece o sistema e recupera sua credibilidade. Também será finalmente transformada em realidade a participação dos trabalhadores na Gestão Quadripartite do INSS. Para o sistema de previdência do setor público, as mudanças de regras têm como objetivo fazer com que esses servidores recebam suas aposentadorias com base na contribuição que fizeram, assim como ocorre no regime do INSS. São mudanças pontuais nas regras válidas para os atuais servidores. Para os futuros funcionários, que ingressarem no serviço público após a reforma, pretende-se estabelecer o mesmo teto de contribuições e benefícios vigente no INSS e instituir a complementação por fundos de pensão fechados, sem fins lucrativos e administrados de forma paritária pelos entes federados e por representantes de servidores. Com isso, pretende-se proteger a poupança previdenciária desses trabalhadores, que estará também sob sua administração, e evitar desvios políticos que tanto comprometeram a Previdência no passado.

11 - Novas regras: benefício proporcional

O servidor público que

contribuir sobre seu salário integral durante apenas um período de trabalho não deve receber o mesmo benefício do que aquele que o fez por 35 anos (homens) ou 30 anos (mulheres). Se durante parte de sua vida o funcionário público esteve filiado ao regime do INSS, contribuindo sobre um salário menor, sua aposentadoria deve ser proporcional. Por uma única razão: justiça. Se desejamos uma sociedade comprometida com a igualdade, não faz sentido o dinheiro público subsidiar uma aposentadoria sem coerência com as contribuições. Assim, o cálculo do benefício dos servidores que se aposentarem após a reforma será feito pela média das suas contribuições.

12 - Novas regras: idade mínima

A Constituição, no artigo 40, já define as idades mínimas para aposentadoria no serviço público: 60 anos para homens e 55 anos para mulheres. Considerando que o funcionário público não está ameaçado do desemprego e que a longevidade da população brasileira aumentou significativamente nos últimos anos, a adoção imediata dessas referências é uma medida saudável. Nada justifica que o Estado brasileiro, carente de recursos, aposente suas servidoras com 48 anos e seus servidores com 53 anos com proventos integrais. Entretanto, para manter uma opção para aqueles que desejam se aposentar antecipadamente, está prevista a aposentadoria antes daquelas idades de referência, até o máximo de sete anos, descontando-se 5% do benefício a cada ano a menos de trabalho. Para se aposentar, mesmo neste caso, o servidor continuará tendo que cumprir o "pedágio" previsto na Emenda Constitucional 20/98.

13 - Nova regra: valor das pensões

A concessão da pensão ocorre quando o servidor falece. A boa concepção previdenciária objetiva a reposição de parcela da renda familiar, considerando a ausência da despesa do ente falecido e a proporcionalidade em relação

ao valor dos proventos originais do servidor. Assim, ajusta o valor do benefício, que será de no máximo 70% da aposentadoria, à nova realidade de despesas daquela família.

14 - Nova regra: cobrança de inativos

Este é um tema que gerou muita polêmica nos últimos anos, resultado da desinformação e da falta de diálogo com que o debate foi conduzido anteriormente. Neste caso, é importante ter clareza sobre a natureza do direito previdenciário. Quem contribui para a Previdência não o faz apenas para a aposentadoria, pois o sistema envolve pensão por morte, salário maternidade, auxílio-doença, auxílio-acidente, auxílio-reclusão, entre outros. O trabalhador também não deve ganhar mais como aposentado do que quando, como servidor, estava na atividade. Um sistema de previdência deve manter a renda do aposentado o mais próximo possível da sua renda na atividade. Se um servidor mantinha sua família com R\$ 2.000, depositados mensalmente em sua conta bancária enquanto estava na ativa, não é correto dizer que precise de R\$ 2.247,20 para mantê-la quando optar pela aposentadoria. A diferença, de R\$ 247,20, representa 11% sobre o salário bruto desse servidor. A proposta do presidente Lula e dos 27 governadores prevê a contribuição de inativos para a Previdência com uma faixa de isenção até R\$ 1.058,00, para preservar a chamada renda de sobrevivência. Portanto, a cobrança proposta sobre inativos fará com que esse servidor, que recebia na atividade como salário líquido R\$ 2.000,00, ganhe de aposentadoria R\$ 2.082,00, ainda mais que como ativo, pois a contribuição só incide sobre o que ultrapassa a chamada renda de sobrevivência. Mas há ainda outras razões para que seja instituída a cobrança. A contribuição dos servidores inativos permitirá que o sistema apresente um menor desequilíbrio. Vale lembrar que os servidores militares já contribuem para as pensões quando vão para a reserva ou são reformados.

15 - As mudanças para os

militares

Há razões estratégicas e específicas da carreira militar que justificam a existência de um regime próprio para esses servidores. Entretanto, mesmo independente, esse regime precisa estar baseado nas contribuições dos militares e só deve pagar benefícios compatíveis com essas receitas. O governo também vai propor mudanças na lei que rege as aposentadorias dos militares.

16 - A lógica da mudança

O objetivo e a lógica da reforma da Previdência no governo Lula são rigorosamente diferentes dos que pautaram as tentativas anteriores. A dimensão social de nossa proposta está presente no objetivo de propiciar maior justiça ao uso dos recursos orçamentários. Hoje, o governo federal gasta R\$ 23 bilhões por ano para subsidiar o sistema de previdência dos servidores públicos civis e militares (considerando uma contribuição de R\$ 4 bilhões dos servidores e de R\$ 8 bilhões da União). Os Estados e o DF gastam R\$ R\$ 14 bilhões, pelo mesmo critério, e os municípios despendem cerca de R\$ 2,5 bilhões. São recursos públicos arrecadados de todos, mas que são concentrados em subsídios a programas previdenciários que atingem pouco mais de 6 milhões de pessoas, entre ativos, aposentados e pensionistas, que merecem todo o nosso respeito, assim como merecem ser respeitados os cidadãos que precisam de políticas públicas na área de moradia, saneamento, saúde, educação, segurança e infra-estrutura. A lógica da mudança é debater de maneira transparente os números e as propostas e decidir democraticamente se é legítimo e necessário reduzir as despesas com esse sistema previdenciário velho, ineficiente, injusto e concentrador, para que já no Orçamento de 2004 possamos ampliar os investimentos nas áreas que garantam melhoria dos indicadores sociais e propiciem crescimento econômico e geração de emprego. Por isso, a concepção previdenciária e a justiça orçamentária são fatores que prevalecem sobre a dimensão meramente fiscal nesta reforma da Previdência.

13 DE MAIO

SNCR prevê “segunda abolição”

O SECRETÁRIO MARTVS DAS CHAGAS DESTACA AÇÕES POSITIVAS DO GOVERNO LULA

O dia 13 de Maio, data de aniversário da Abolição da Escravatura, tem neste ano novos motivos para ser comemorado. Segundo o secretário nacional de Combate ao Racismo do PT, Martvs Chagas, o momento é de uma “segunda abolição”, desta vez corrigida, já que permitirá aos negros a inserção que lhes foi negada 115 anos atrás.

Martvs refere-se à eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e à criação, pelo governo federal, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que deverá trazer avanços significativos no combate ao racismo e na correção de distorções históricas na questão racial.

Nesta entrevista, o secretário comenta sobre avanços já alcançados pelo governo e suas expectativas para o futuro. Martvs aproveita para pedir que Estados e municípios administrados pelo PT acompanhem o movimento do governo federal, criando seus próprios organismos de igualdade racial. Leia a seguir:

O sr. acredita que o próximo 13 de maio, dia da Abolição da Escravatura, terá uma nova conotação neste ano, já que temos um governo federal preocupado com a questão racial e um organismo com status de ministério para a luta contra o racismo?

Sem dúvida muda muito. A instalação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial é como uma segunda abolição e, desta vez, corrigida. Esta segunda abolição vem exatamente pelo fato de este governo estar implementando uma política voltada para os negros e negras do Brasil e que vai permitir efetivamente a entrada desses negros no sistema de governo, no sistema educacional, de trabalho. Vai permitir a inserção que foi negada 115 anos atrás. Porque a abolição foi apenas um ato formal, que deu liberdade aos escravos, mas não lhes deu o que comer nem onde dormir. O que temos de novidade, 115 anos depois, é que hoje nós temos condição efetiva de possibilitar à população brasileira um novo formato de inserção. E esse formato está sendo dado pelo governo do presidente Lula.

Em que medida essa inserção será possível em apenas quatro anos?

Já existem alguns sinais. O primeiro deles, o presidente Lula deu muito antes da decretação da criação da secretaria, que foi o decreto que aprovou a inserção, no currículo escolar, da história da África. Isso é necessário porque, hoje, as crianças e os jovens negros que vão para a escola não têm uma referência positiva de seus ancestrais. A historiografia e os meios de comunicação de uma forma geral retratam o negro apenas nas suas posições subalternas, sem levar em conta que, antes de virem pra cá, assim como outras raças, os africanos também tinham uma for-



O secretário nacional de Combate ao Racismo, Martvs da Chagas, em reunião com o ministro Gilberto Gil (Cultura)

ma de desenvolvimento econômico, social, político, religioso. Mas o que é trazido é que eles vieram pra cá como escravos, que brigavam muito lá, uns pegavam os outros, vendiam, colocavam dentro do navio negreiro e vinham pra cá. Mas não é isso. Trata-se de uma civilização que, até que digam o contrário, é o berço do mundo. A África é o berço do mundo. E precisava ser estudada e referenciada tanto quanto a Europa, o Oriente Médio e outros continentes que estudamos obrigatoriamente no currículo escolar. Então eu acho que essa primeira iniciativa do presidente, de inserir a história da África no currículo escolar, de maneira que as pessoas, independente de sua condição de raça e cor, venham a valorizar o continente africano e seus descendentes, esse é o primeiro passo.

Quando isso será implementado?

O decreto já foi assinado e está para ser implementado. A Secretaria de Promoção de Igualdade Racial tem o papel de, junto com o MEC, fazer com que essa implementação ocorra o mais rápido possível. Este é um pequeno passo para que, sem muito estardalhaço, mudemos a mentalidade das pessoas. E a correção dessa desigualdade racial passa necessariamente pela mudança de mentalidade.

Que outras mudanças o sr. espera que ocorra durante o governo Lula?

O governo federal está trabalhando com um novo olhar, voltado efetivamente para o atendimento da população negra. E essa nova forma está visível porque na história da República brasileira nós nunca tivemos um ministro ou uma ministra negra, com exceção do ministro extraordinário dos Esportes, o Pelé. Dessa vez, num primeiro momento de governo, temos quatro. É espetacular. É um avanço que as pessoas ainda não se deram conta. Por isso temos que insistir que há, de fato, uma mudança. O que aconteceu nesses anos todos? Por que não existia um? Por que não fazia parte da política dos governos anteriores.

Uma outra questão que

tem que ser trabalhada com mais ênfase é a questão do mercado de trabalho. Diz-se hoje de um número enorme de jovens que não conseguem acessar o mercado de trabalho. Qualquer levantamento de dados mais profundo vai identificar para o mais leigo cidadão que a maioria dessas pessoas é da população negra. Então acredito que programas como o Primeiro Emprego, que vai ser instituído, têm que ter um recorte para negros. E o PT tem que estar muito alinhado, não só através da direção partidária, não apenas da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, mas temos que estar atentos aos programas do governo federal, para que, em todos eles, possamos colocar uma cunha para enxergar o Brasil como ele é. Somos um partido de ponta, um partido transformador, um partido que vai fazer as reformas estruturais necessárias para este país, e essa reforma tem que se dar no interior do partido também.

E de que forma o PT deve fazer isso?

Acho que o PT tem uma parcela de responsabilidade muito grande nisso porque durante toda a campanha eleitoral fizemos um processo de sensibilização muito grande voltado para a questão racial. Então esperamos um retorno grande. Existe uma necessidade de se criar nos Estados e nos municípios organismos que dêem sustentação a essa política. Então não podemos permitir que, nos Estados, nas grandes capitais e nos municípios em geral, não haja uma Secretaria de Combate ao Racismo. Isso não tem que ser uma ação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo somente. Isso tem que ser ação do próprio partido lá na base. Do próprio militante de base do partido. E não precisa ser negro para incentivar, para organizar, para chamar as pessoas para criar o organismo. Se há um entendimento de que esta questão é tão importante quanto o presidente acha, não precisa esperar os negros organizarem. Incentive a organização. É incompatível a política que Lula quer implementar no Brasil com a falta de espaço para a

questão racial nos municípios e nos Estados. Se não houver esse acompanhamento, será uma política que vai nascer e morrer na Esplanada dos Ministérios. Ela não terá corpo e densidade para apresentar resultados.

Quantas administrações do PT têm um organismo para a questão racial?

Nosso levantamento anterior dá conta de que apenas 35% das prefeituras do PT tinham algum organismo voltado à questão racial. A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo está fazendo um novo levantamento e, com ele, vamos tentar sensibilizar nossos prefeitos e prefeitadas da necessidade da criação desses organismos. Nós não estamos aqui propondo criar despesas. Existe, nas próprias prefeituras, material humano suficiente para cuidar disso. Falta incentivo, falta uma política voltada para que as pessoas se apresentem e tenham efetivamente condições de trabalhar e de cuidar disso de maneira tão séria quanto nós achamos que deve ser tratada essa questão da igualdade racial.

O sr. é bastante afinado com a ministra Matilde Ribeiro. O que você está sentindo nesses primeiros dias da Secretaria da Promoção de Igualdade Racial?

O que acontece é que a secretaria está passando as mesmas dificuldades que os ministérios estão passando. Não podemos esquecer que houve um corte de R\$ 14 bilhões nos ministérios, e os novos organismos também foram afetados por estes cortes. Então as dificuldades estão aí, estão presentes. Mas a ministra está fazendo seu papel. Esses primeiros dias estão sendo de preparação, de diálogo com a sociedade ainda, de formatação efetiva da ação. De toda forma, o que a ministra está tentando fazer dentro dessa contingência é estabelecer algumas ações que serão base para a atuação da secretaria durante este ano. A questão das cotas para negros, por exemplo, é um assunto muito emergente que tem que ser discutido. Aliás, para além das cotas, o que tem que ser discutida é a política

de ações afirmativas. E também essas questões do recorte racial nos programas pilotos do governo federal. Agora eu acho que, principalmente do ponto de vista partidário, os nossos ministros poderiam acolher melhor essa ideia da secretaria e da transversalidade para que a gente não fique com a impressão de que o presidente criou [a secretaria], mas que não tem ressonância nos ministérios.

A secretaria está planejando a realização de um seminário nacional de combate ao racismo?

Sim. Está definido um seminário nacional sobre combate ao racismo e promoção da igualdade. Estamos aguardando uma reunião com todas as secretarias para definir datas. A princípio, queremos fazer o seminário ainda no mês de novembro, no mês da Consciência Negra. A ideia é tirar um documento para apresentar ao governo. A intenção é trabalhar o que temos de acúmulo até hoje e, dentro desse acúmulo, verificar o que podemos sugerir, o que podemos refazer e incorporar, tudo isso com um olhar para a nova situação do país. Com um olhar passando pelo programa Fome Zero, pelo Primeiro Emprego, reforma da Previdência, tributária e inclusive a reforma política. Queremos estar presentes nessas discussões. Então acredito que o seminário tem que dar conta de trabalhar esses temas. Não se consegue trabalhar a questão racial isolada dos problemas que a sociedade vive. Eles têm que estar efetivamente ligados para que a gente tenha condições de operar. Além do seminário nacional, estamos estabelecendo uma agenda com os Estados para a realização de seminários regionais. Além disso, vamos elaborar alguns impressos que orientem as pessoas a como participar mais efetivamente do combate ao racismo, desse debate sobre a promoção da igualdade no PT.

O debate sobre cotas está muito presente na agenda nacional, e o PT é favorável à política de cotas. O sr. acha que será possível instalar essa política ainda no governo Lula?

Conheça o Coletivo da secretaria

A atuação política da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo é definida por deliberações tomadas por seu Coletivo Nacional, composto por 11 integrantes definidos pela proporcionalidade das chapas que participaram do último Processo de Eleições Diretas e do Encontro Nacional de Negros e Negras do PT. O mandato tem a mesma duração que o da direção nacional do partido.

Os integrantes do Coletivo da SNCR, de acordo com as atribuições de suas funções, colocam-se à disposição para o trabalho de construção partidária e da ampliação do combate ao racismo em todo o país.

Saiba quem são os integrantes do Coletivo: Adriano Bueno (adriano.bueno@hotmail.com), Campinas; Carlos Porto (carlosporto@terra.com.br), Campo Grande; Flávio Jorge (flaviojorge@yahoo.com.br), São Paulo; Givalda dos Santos (givalda.santos@aracaju.se.gov.br), Aracaju; Ianê Germano (ianeptrj@ig.com.br), Rio de Janeiro; Larissa Borges (negrona_borges@yahoo.com.br), Belo Horizonte; José Geraldo Zaca (zacaptjf@ig.com.br), Juiz de Fora; Sandra Mariano (sdmariano@hotmail.com), São Paulo; Sônia Ribeiro (afriacar@bol.com.br), Porto Alegre; e José Eduardo (vencedor_educado@bol.com.br), Goiânia.

Creio que sim. E essa é uma discussão que temos que fazer. Não só é possível, como necessário. Mas não podemos esquecer e perder de vista que o PT é favorável às cotas. Isso tem que ser ressaltado e com todas as letras. Porque, senão, parece que estamos voltando a uma discussão que já foi feita. O PT, por princípio, é favorável a uma política de cotas para negros por entender que há uma distorção racial e social muito grande advinda de problemas que o Estado brasileiro criou. Então nós temos que dar condição para o próprio Estado brasileiro corrigir essas distorções. Nós defendemos isso durante a campanha, e essa defesa foi feita inclusive pelo Lula, então candidato à Presidência. Quando eu percorro alguns lugares, a impressão que tenho é que esse debate nem foi feito no PT, que as pessoas nem sabem que existe política de cotas e nem sabem que o PT defende isso. Acho inclusive que temos que ter uma resolução muito clara sobre isso. O Diretório Nacional e a Executiva têm que se debruçar para tirar uma resolução que não dê margem para duplas interpretações. Somos favoráveis à política de cotas porque há uma distorção histórica grave. E essas cotas, a que somos favoráveis, vai corrigir uma política de cotas que já existe e que ninguém está contestando: que 97% dos que se formam nas universidades são de origem não-negra.

PODER LOCAL

Encontro reunirá parlamentares



AUTÓGRAFO O prefeito de Aracaju, o petista Marcelo Déda, assina camisa do Banco do Brasil usada para arrecadar recursos para o Fome Zero. Além dele, autografaram a camisa o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os petistas Marta Suplicy (São Paulo), Pedro Wilson (Goiânia), João Verle (Porto Alegre) e Fernando Pimentel (Belo Horizonte)

OPINIÃO

A Snai, o governo e as eleições

Está definida a principal data para a agenda das administrações e diretórios municipais do PT: 3 de outubro. Neste dia, conforme decidiu a CEN (Comissão Executiva Nacional) em 14 de abril, o partido deverá iniciar a tomada de decisões que nortearão a disputa das eleições de 2004, como a definição de alianças e pré-candidaturas.

O trabalho, porém, já começou. A Snai (Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais), por exemplo, já definiu a sua agenda para este e o próximo ano, tendo como desafio colaborar na preparação do PT para a sucessão municipal, fortalecendo as prefeituras e os mandatos do partido, além de atuar na sustentação do governo Lula.

Os debates começaram logo após a vitória do partido em 2002. Em novembro passado, a Snai realizou o Fórum de Prefeitos e Prefeitas do PT, para discutir o impacto da conquista da Presidência da República nos governos locais. Deste encontro, concluiu-se que alguns tópicos já merecem atenção:

● E evidente que o municipalismo brasileiro adquiriu um novo conteúdo com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva — a 6ª Marcha dos Prefeitos a Brasília, em março passado, já demonstrou isso, com a inédita participação do presidente no evento —, o que obrigará o PT a disputar cada vez mais os espaços na Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) e na Confederação Nacional dos Municípios (CNM);

● A discussão das reformas da Previdência e tri-

butária, as primeiras prioridades do governo Lula, exigirão a participação dos governos locais, pois haverá repercussões dessas medidas nas finanças dos municípios. Ao mesmo tempo, faz-se necessária a articulação dos gestores locais na implantação do Programa Fome Zero, uma destacada bandeira que deve ser encampada por todo o país;

● Soma-se a esses dois itens a necessária organização do partido para a sucessão municipal, e a experiência da campanha presidencial de 2002 poderá ser muito útil. No ano passado, o trabalho de acompanhamento das administrações do PT cumpriu um papel fundamental no monitoramento das ações que visavam fragilizar o PT e a campanha de Lula.

Em decorrência deste entendimento sobre a atual conjuntura política nacional, a Snai preparou o seu plano diretor de atividades para 2003, com nítidas implicações na sucessão municipal de 2004. O trabalho pode ser resumido nos tópicos a seguir:

1. Fórum de Prefeitos e Prefeitas do PT - A Snai já elaborou e está distribuindo um calendário de atividades para este ano, a fim de manter um debate constante nas nossas administrações sobre os temas nacionais de relevo. Um novo encontro deverá ocorrer no dia 7 de maio, durante a reunião da FNP em Aracaju (SE), e outro está previsto para o segundo semestre;

2. Acompanhamento dos governos municipais - Será feita a reestruturação da sistemática atual de construção de indicadores e

de coleta e difusão das informações, bem como a realização de pesquisas de opinião nos municípios, em conjunto com diretrizes definidas pela CEN. Além disso, em conjunto com a Fundação Perseu Abramo, a Snai desenvolve o projeto "Biblioteca Celso Daniel", com as informações sobre as políticas públicas implantadas e defendidas pelo PT no Executivo e no Legislativo e lançamento previsto para a reunião da FNP em 6 de maio;

3. Instâncias de representação - O PT deve fortalecer sua participação nos organismos que representam o poder local e podem encampar lutas importantes desenvolvidas pelo partido. Assim, estamos apoiando a indicação do prefeito de Aracaju, Marcelo Déda, para a coordenação da FNP. Da mesma maneira, defendemos a implementação da Agência de Cooperação Municipal, presidida pelo prefeito de Piracicaba, José Machado, cujo objetivo é sistematizar e divulgar políticas públicas desenvolvidas pelo poder local, proporcionando o compartilhamento de experiências e o desenvolvimento de projetos comuns;

4. Enfrentar desafios permanentes - É necessário o fortalecimento do PT nos pequenos municípios, porque a estratégia de transformação do Brasil passa por encontrar soluções para as cidades com menos de 12 mil habitantes — metade dos municípios brasileiros. Ao mesmo tempo, será preciso traduzir as nossas políticas públicas em avanços no dia-a-dia, o que evitará as armadilhas de campanha e

transformará as administrações do PT em vitrine, não em vitraço.

O trabalho da Snai está, portanto, lastreado em um plano preparatório para a sucessão municipal de 2004, em articulação com a direção do PT e visando o melhor desempenho conjunto nas eleições. No entanto, não serão esquecidos os objetivos de longo prazo, como o impulso à cooperação internacional e à implantação das secretarias estaduais e municipais de Assuntos Institucionais, para fortalecer, por consequência, a própria Snai, que está sendo reestruturada a fim de capacitá-la para os novos objetivos.

Por fim, não se pode esquecer da atuação legislativa, um dos principais meios de consolidação do partido e do governo Lula. A Snai pretende implantar um sistema de acompanhamento dos mandatos de deputados e deputadas estaduais e de vereadores e vereadoras, com objetivo de contribuir para a melhor atuação do PT no Legislativo dos Estados e municípios.

Para marcar a importância dessa atividade, será realizado nos dias 13 e 14 de junho, em Brasília, o Encontro Nacional de Deputados(as) Estaduais e Vereadores(as) do PT. Com a presença do presidente e de ministros, o encontro pretende consolidar uma estratégia de atuação legislativa que colabore para a consolidação do nosso projeto de transformação do país.

Paulo Ferreira
é secretário nacional de Assuntos Institucionais do PT

PT PREPARA PARA JUNHO O SEU SEGUNDO ENCONTRO NACIONAL DE VEREADORES E DEPUTADOS ESTADUAIS

O PT está organizando, para o mês de junho, o Encontro Nacional de Vereadores e Deputados Estaduais do partido, em Brasília. Esta é a segunda vez, em 14 anos, que um evento desses é realizado. O primeiro encontro ocorreu em Belo Horizonte, em 1989, antes da eleição presidencial daquele ano, e contou cerca de 300 participantes. Desta vez, espera-se a presença de cerca de 2.500 vereadores e 159 deputados estaduais.

O objetivo do encontro é elevar o nível de compreensão por parte dos vereadores e deputados estaduais do PT sobre os rumos das reformas propostas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Gleber Naime, subsecretário da Snai (Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais) para acompanhamento dos vereadores, ao melhorar o entendimento dos parlamentares, potencializa-se a defesa sintonizada do governo.

“Os vereadores e deputados estaduais estão cada vez mais numerosos e, por isso, ganham cada vez mais importância dentro do partido. Queremos aproveitar a capilaridade desses parlamentares, e

organizá-los e valorizar ainda mais esse setor”, afirmou.

Nesse sentido, a idéia da Snai é retomar o curso a distância a vereadores, que foi iniciado pela gestão anterior da secretaria, e criar um coletivo nacional dos vereadores do PT. A necessidade organizacional visa também as eleições municipais de 2004.

Segundo Gleber, participarão da abertura do evento o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente nacional do PT, José Genoíno, o ministro José Dirceu (Casa Civil) e o subchefe de Assuntos Federativos da Casa Civil, Vicente Trevas.

O encontro deve durar dois dias. No primeiro dia, estão previstas duas mesas de debate: uma com o ministro Ricardo Berzoini (Previdência), que discutirá a reforma da Previdência, e outra com o ministro Antônio Palocci (Fazenda), que falará sobre a reforma tributária e a política de desenvolvimento econômico.

No segundo dia serão discutidas as eleições de 2004 e a organização dos vereadores e deputados estaduais para dar encaminhamento às questões discutidas no encontro.

Biblioteca na internet é lançada

Foi lançada oficialmente durante o Encontro Nacional do Fórum de Prefeitos e Prefeitas do PT, no dia 6, em Aracaju, a Biblioteca Celso Daniel, que está disponível na internet. Ela poderá ser acessada diretamente pela internet no seguinte endereço: www.bibliotecacelsodaniel.org.br.

Iniciativa da Snai (Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais) do PT e o Centro Sérgio Buarque de Holanda — Documentação e Memória Política, da Fundação Perseu Abramo, a biblioteca é um espaço virtual que tem por objetivo estimular a difusão de informações relativas às experiências de gestão e do parlamento em âmbito municipal, estadual e nacional.

A intenção final, segundo Paulo Ferreira, secretário nacional de Assuntos Institucionais do PT, é fortalecer a cidadania, promover a democratização da sociedade, estimulando a participação melhorando as condições de vida dos cidadãos.

A escolha do nome da biblioteca é uma homenagem ao trabalho pioneiro desenvolvido na área de políticas públicas pelo prefeito de Santo André, Celso Daniel, morto em 2002. “A biblioteca vem engrandecer o que Celso Daniel nos deixou em termos de gestão pública. E todos sabem que ele foi um homem público arrojado, de excelentes idéias”, afirmou o atual prefeito de Santo André, João Avamileno.

O ponto de partida para essa iniciativa foi a Coleção PTdoc, sistematizada pela Snai, com experiências, em muitos casos premiadas, das prefeituras petistas.

Prefeitos do PT debatem nova agenda

O PT realizou no último dia 6, em Aracaju, mais um Encontro Nacional do Fórum de Prefeitos e Prefeitas do PT. A reunião, que contou com a presença do presidente nacional do partido, José Genoíno, do ministro Olívio Dutra (Cidades), e do subchefe de Assuntos Federativos da Casa Civil, Vicente Trevas, aprofundou o debate do partido sobre os temas mais importantes do país.

O secretário nacional de Assuntos Institucionais do PT, Paulo Ferreira, que coordenou os trabalhos, considerou a reunião muito prestigiada: 117 das 186 prefeituras petistas estavam representadas no encontro — eram 60 prefeitos e 57 representantes de governos municipais.

O encontro também serviu para aprofundar o debate necessário sobre a articulação para a sustentação do governo federal. Durante sua fala, Genoíno expressou a importância da coesão dos prefeitos do PT para o atual momento econômico, ressaltando a necessidade de apoio ao governo Lula e a organização dos trabalhos preparatórios para as eleições municipais de 2004.

Segundo Ferreira, discutiram-se, por exemplo, os desdobramentos dos programas lançados pelo governo federal nas prefeituras do PT, como o Fome Zero, além questões de relacionamento dos municípios com o Ministério das Cidades — uma iniciativa que constou no programa de governo do partido em 2002 — num ambiente político onde as questões municipais têm assumido um importante papel para o governo do PT.

PODER LOCAL

Lula pede o apoio dos prefeitos

NA 44ª REUNIÃO GERAL DA FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS, PRESIDENTE SUGERE EMPENHO NAS REFORMAS

Em pronunciamento durante a abertura da 44ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos, no último dia 6, em Aracaju, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu apoio dos administradores municipais às reformas propostas pelo governo federal. “Estamos contando com essa parceria para que possamos repartir o ônus e o bônus”.

Segundo Lula, a realização da reforma da Previdência é a única possibilidade de, nos próximos seis ou sete anos, os governos terem recursos para pagar aos aposentados. “Se não fizermos [as reformas], grande parte dos prefeitos e governadores não terão dinheiro para pagar a seus aposentados”, alertou.

O presidente lembrou que sua função é adaptar os gastos à receita e à capacidade de endividamento da União. “Senão estarei sendo um irresponsável. Todos têm o direito de ser contra ou a favor das propostas de reforma da Previdência e tributária. Mas quem for contra, por favor, mostre da onde se tira o dinheiro para pagar [as dívidas com os aposentados].” E reafirmou que os textos das reformas entregues ao Congresso não são apenas do governo federal, mas de todos os 27 governadores de Estado.

Lula reafirmou que os prefeitos têm, em seu governo, um aliado para fortalecer os municípios, e fez mais um alerta aos críticos de plantão. “Estou convencido de que chegaremos a algum lugar se pararmos de pensar no montante de dinheiro ideal e começar a pensar em gastar o que temos”, disse.

Ele voltou a pedir apoio às reformas e envolvimento dos municípios na política de segurança pública. “Acabou esse negócio de o prefeito colocar a culpa no governador, que põe a culpa no presidente, que culpa o FMI [Fundo Monetário Internacional]. Temos que repartir o ônus e o bônus”, repetiu.

Desenvolvimento

Ainda em seu discurso, Lula disse ser muito grato a São Paulo por tudo que o Estado proporcionou a ele e a cerca de 6 milhões de nordestinos que lá residem. A afirmação foi uma resposta ao governador do Sergipe, João Alves Filho (PFL), que, em seu discurso, criticou a concentração de renda e de investimentos voltados a São Paulo.

Segundo João Alves, que defende a cobrança de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) no destino, e não na origem, São Paulo não teria se desenvolvido tanto não fosse a mão-de-obra barata que os nordestinos propiciaram ao Estado.

Ao responder, Lula concordou que a política tributária foi historicamente injusta, mas ressaltou que a elite do Nordeste ganhou tanto dinheiro quando a do Sudeste. “O Nordeste foi muito rico, e a elite da região não ficou aqui. Provas são as tantas usinas falidas pela região, cujos proprietários foram embora e levaram junto seu patrimônio.”

Para corrigir distorções

regionais, Lula lembrou que assumiu o compromisso com a questão do desenvolvimento regional, e participará de debates regionais com todos os governadores. O primeiro deles aconteceu no dia 9 de maio, no Acre, com os governadores da região Norte.

“Além disso, cada ministro vai viajar todos os Estados para debater desenvolvimento regional, para que a gente possa ter consciência de que o desenvolvimento do Estado não se dará pela guerra fiscal. Porque não é um terreno que justifica uma empresa sair do Vale dos Sinos [RS] para ir a outro Estado. A empresa tem que analisar se tem mercado, se tem mão-de-obra qualificada, se tem infra-estrutura que motiva uma empresa transitar de um Estado para outro. E quem tem que ser o indutor disso é o governante. Nós temos que ser o indutor dos investimentos para consagrar o desenvolvimento regional”, concluiu.

Representatividade

O prefeito de Aracaju, o petista Marcelo Déda, comemorou o fato de a reunião da FNP ter a maior representatividade de sua história. Estavam presentes mais de 500 pessoas, entre políticos, assessores e 65 prefeitos de todos os partidos. “Seguramente nunca tivemos tamanha representação como estamos tendo nesta reunião”, afirmou Déda, eleito coordenador-geral da frente [leia texto ao lado]. “Isto mostra que o governo federal está disposto a criar uma nova interlocução.”

Acompanharam Lula os ministros Olívio Dutra (Cidades), Ciro Gomes (Integração Nacional) e Tarso Genro (secretário-geral do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social). O presidente nacional do PT, José Genoíno, também estava presente.

Esta edição da reunião da FNP discutiu a coordenação e a articulação entre municípios. Segundo Déda, a intenção foi buscar unificar as ações dos prefeitos em torno de programa centrado na luta por um novo pacto federativo que reconheça a autonomia e a intervenção qualitativa dos municípios na discussão dos problemas nacionais.

Para o secretário nacional de Assuntos Institucionais do PT, Paulo Ferreira, a reunião da FNP completa um ciclo iniciado com a reunião da Confederação Nacional dos Municípios, em Brasília, de valorização do municipalismo brasileiro, fato inédito na história política do Brasil. “A reunião deve aprofundar a discussão sobre os problemas das grandes cidades no contexto de precarização das condições de vida, resultado da urbanização desorganizada e da concentração da maioria da população brasileira nas cidades”, afirmou Ferreira.

Este fato, segundo ele, tem gerado um conjunto de problemas que somente poderão ser solucionados numa ação coordenada. “Por isso, esta reunião cumpre um papel fundamental como palco de formulação de políticas públicas alternativas”, disse.



Lula cumprimenta o petista Carlos Ayres de Britto, indicado para vaga no Supremo

Petista é indicado para o STF

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou no dia 6, em Aracaju, o nome de Carlos Ayres de Britto para assumir uma das três vagas do Supremo Tribunal Federal. Caso seu nome seja aprovado pelo Senado, ele será o quinto sergipano a integrar o STF.

Britto é especialista em Direito Privado pela UFSE (Universidade Federal de Sergipe), mestre em Direito Administrativo e doutor em Direito Constitucional pela PUC-SP. Foi procurador de Sergipe de 1969 a 1992, quando se aposentou. Há 33 anos Britto é professor da UFSE. Filiado ao PT há 18 anos, foi candidato a deputado federal em 1990.

Os demais indicados foram anunciados no dia 7. Um negro, Joaquim Benedito Barbosa Gomes, procurador da República no Rio de Janeiro, ocupará pela primeira vez vaga na mais alta corte do país. O outro é Antonio Cezar Peluso, desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Déda é eleito coordenador da FNP

O prefeito de Aracaju, o petista Marcelo Déda, foi eleito hoje, por unanimidade, o novo coordenador da Frente Nacional dos Prefeitos, em substituição a Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB).

A chapa única, encabeçada por Déda, elegeu também outros quatro prefeitos petistas como coordenadores regionais: João Verle, de Porto Alegre (região Sul), Fernando Pimentel, de Belo Horizonte (região Sudeste), Pedro Wilson, de Goiânia (região Centro-Oeste) e Edmilson Rodrigues, de Belém (região Norte). O coordenador da re-

gião Nordeste será Antônio Imbassahy, do PFL.

A prefeita petista de São Paulo, Marta Suplicy, elegeu-se coordenadora de Relações Internacionais da FNP. Como tal, aproveitou a 44ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos, e apresentou a filiação da Frente à Federação Mundial das Cidades Unidas.

Ao agradecer a eleição, Déda reiterou a disposição de tornar a FNP o espaço mais preparado de debate sobre o novo municipalismo. “A frente terá importante papel para defender a autonomia das cidades brasileiras”, afirmou.

Segundo o prefeito, o fato de ele ser do PT, mesmo partido do presidente, não o impede de agir com amplitude, representando as posições majoritárias. “Faremos um trabalho independente, de respeito e de trabalho unificado”, afirmou.

Compreensão

Segundo Déda, os prefeitos compreendem a urgência de aprovação das reformas tributária e previdenciária, mas não abrem mão de serem ouvidos. “Podem haver pontos de divergências entre nós, mas o fundamental é que temos a chance histórica de re-

construção da sociedade”, afirmou.

O prefeito ressaltou a importância do trabalho de Vicente Trevas, ex-secretário nacional de Assuntos Institucionais do PT e atual chefe de Assuntos Federativos da Casa Civil, e de seu novo papel. “Espero que aquela salinha de número 13 no Palácio do Planalto [ocupada por Trevas] tenha se transformado na embaixada dos prefeitos brasileiros em Brasília”, afirmou.

“Queremos manter a autonomia, mas contando com um grande parceiro na Presidência”, disse Déda.

INTERNET

PT ganha o Prêmio I-Best 2003

O Portal do PT na internet (www.pt.org.br) recebeu, em São Paulo, o Prêmio I-Best 2003 como o melhor site de política do país, na categoria Juri Popular, que representa a opinião dos internautas. O prêmio é o mais importante da internet brasileira, e a categoria Política do I-Best contempla sites de partidos, de movimentos sociais e veículos especializados.

“O prêmio é resultado de um longo trabalho, mas ainda podemos avançar mais. Nosso site precisa passar por uma reformulação geral, mas mostra que estamos no caminho certo, que o partido precisa valorizar iniciativas modernas como essa”, afirma o secretário nacional de Comunicação do PT, Ozeas Duarte, responsável pelo portal.

O Portal do PT concorreu com os portais Vermelho, do PCdoB, e Vote Brasil, que ficaram entre os Top-3 na categoria. Em 2002, o site petista já havia ficado entre os três

melhores do Brasil no Prêmio I-Best, também na categoria Juri Popular, quando foi criada a categoria Política.

Na categoria Academia, com o júri oficial do prêmio, participaram neste ano os sites do Senado Federal — que foi o vencedor —, da revista *Caros Amigos* e também o portal *Vote Brasil*.

O Portal do PT, vinculado à Secretaria Nacional de Comunicação, mantém uma agência de notícias e um boletim noticioso enviado por e-mail aos internautas com informações sobre atividades e secretarias nacionais do partido, dos movimentos sociais e de administrações petistas em todo o país.

Um dos outros destaques do portal é a loja virtual, que comercializa com exclusividade os produtos da grife PT e, segundo especialistas, é um dos mais importantes empreendimentos do setor. Possui ainda links para sites correlatos, como a Fundação Perseu

Abramo, do Instituto Cidadania e das lideranças do partido na Câmara e no Senado.

O portal do governo do Acre (www.ac.gov.br), de administração petista, também foi escolhido pelo Juri Popular um dos Top-3, na categoria Regional-Acre. O vencedor no Estado nesta categoria foi o site da Universidade Federal do Acre.

Inovador

Criado em 1992, como resultado de uma parceria com a Alternex e com a RNP (Rede Nacional de Pesquisa) — que na época fomentava a instalação da internet no país —, a página do PT foi uma das primeiras do Brasil, trazendo informações institucionais do partido. Em procedimento então raríssimo, inovava com a atualização diária de suas informações.

Em 1996, a página petista assumiu o conceito de portal, passando a agregar uma multiplicidade de informações so-

bre o PT no Brasil, representando um salto de conteúdo e também de desenvolvimento tecnológico, que possibilitava gerenciar essa nova dinâmica do site. Essa experiência resultou, por exemplo, na transmissão em tempo real de uma entrevista coletiva do então presidente do PT, José Dirceu, durante a campanha eleitoral de 2002, com a participação de jornalistas de todo o país.

“O partido apostou na internet como ferramenta de democratização da informação, como meio de se aproximar dos filiados e também de se inserir na sociedade”, analisa Ricardo Bimbo, que foi assessor da SNC e é atualmente colaborador do Portal do PT e coordenador técnico do governo eletrônico da Prefeitura de São Paulo. “Hoje, o site traz dezenas de reportagens diárias e é um canal direto e efetivo com sua militância, um testemunho que pode ser verificado pela sua audiência”, diz.